

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA NO ESTADO DO CEARÁ, sediado nesta capital, à Av. Barão de Studart nº 1980 – Aldeota, órgão representativo da categoria econômica no Estado do Ceará, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. RICARDO PEREIRA SALES, e do outro lado o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS DE CRATO, JUAZEIRO DO NORTE, BARBALHA, CAMPOS SALES, MILAGRES, ICÓ, IGUATÚ E BREJO SANTO,, entidade sindical representativa da categoria dos trabalhadores nas indústrias de panificação e confeitaria, massas alimentícias e biscoitos de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Campos Sales, Milagres, Iço, Iguatú e Brejo Santo, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. JOSE ABREU JUSTINO, ambos autorizados pelas respectivas assembleias gerais, nos termos do que dispõe os Arts. 611 e seguintes da CLT, celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, o que fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

01. DA ABRANGÊNCIA E DA VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange todos os trabalhadores e empresários das indústrias de panificação e confeitaria em Crato, Juazeiro do norte, Barbalha, Campos Sales, Milagres, Iço, Iguatú e Brejo Santo, Estados do Ceará, contado o seu termo inicial na data de 1º (primeiro) de maio de 2004 e com termo final previsto para 30 (trinta) de abril de 2005.

02. DOS PISOS SALARIAIS

Fica estabelecido que o piso salarial dos empregados nas indústrias de panificação e confeitaria de Crato, Juazeiro do norte, Barbalha, Campos Sales, Milagres, Iço, Iguatú e Brejo Santo, Estados do Ceará, a partir de 1º (primeiro) de maio de 2004, será o seguinte:

01. PESSOAL DA PRODUÇÃO: valor correspondente a R\$ 282,00 (duzentos e oitenta e dois reais);

02. ATENDENTE, ENTREGADOR, CAIXA, BALCONISTA, ZELADOR, CONTÍNUO, SERVIÇOS GERAIS E DEMAIS FUNÇÕES EXTRA PRODUÇÃO (ÁREA COMERCIAL): o valor correspondente a R\$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais).

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Parágrafo Único – O piso salarial de admissão para os empregados admitidos na categoria pela primeira vez, sem que nunca tenham trabalhado em empresa de panificação, durante o período de experiência que é, no máximo, de 90 (noventa) dias, será o valor de R\$ 266,00 (duzentos e sessenta e seis reais). Após o período de experiência passa o empregado a perceber, no mínimo, o piso salarial previsto nas alíneas acima.

03. DO REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º (primeiro) de maio de 2004, data base da categoria profissional abrangida neste pacto, a parcela salarial dos trabalhadores, que não exceda de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), será reajustada com o percentual de, no mínimo, 8,5% (oito e meio por cento). A parcela salarial acima da prevista retro será reajustada através de livre negociação.

04. DO ENQUADRAMENTO NA CATEGORIA

Qualquer outra atividade desenvolvida por empregado na indústria de panificação e confeitaria, estará enquadrada na categoria dos trabalhadores nas indústrias de panificação e confeitaria, e será regida por esta Convenção.

05. DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Aos empregados que exerçam suas atividades em locais insalubres, devidamente comprovado por laudo elaborado por profissionais contratados pela empresa e/ou pelo sindicato da categoria profissional, será devido 20%, 30% ou 40% do salário mínimo, dependendo do grau (mínimo, médio ou máximo), a título de adicional de insalubridade, que será anotado na CTPS do trabalhador.

06. DO ADICIONAL NOTURNO

Aos empregados que exerçam suas atividades no período noturno, será devido 20% (vinte por cento) do seu salário, a título de adicional noturno.

07. DAS ANOTAÇÕES NA CTPS

As empresas de panificação e confeitaria e de outras atividades em conjunto com as panificadoras, ao admitirem o empregado, terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para fazer a anotação na CTPS e devolvê-la ao empregado, mediante recibo, de acordo com o Art. 29 da CLT.

08. DO FARDAMENTO

As empresas que exigem de seus empregados o uso de uniformes para serviços interno ou externos, obrigam-se a custear em sua totalidade referidos uniformes, sendo tal obrigação enquadrada no que dispõe o § 2º do art. 458 da CLT.

09. DA FOLGA DA EMPREGADA GESTANTE

Todas as empregadas abrangidas por esta Convenção, no período de gestação, terão direito a um dia de folga em cada mês, remunerado pelas empresas, sem qualquer diminuição do salário, para realização de exames pré-natal.



10. DA ESTABILIDADE NO PÓS-NATAL

As empresas comprometem-se dar garantia de emprego às empregadas gestantes, desde a confirmação até cinco meses após o parto, nos termos do que preceitua a Constituição Federal.

11. DO INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

As empresas poderão optar em fornecer refeições gratuitas aos seus empregados, durante o horário destinado para repouso e alimentação ou fornecer vale transporte suficiente para que os empregados possam se deslocar até suas residências e retornarem para o trabalho.

Parágrafo Primeiro – No intervalo para repouso ou alimentação os empregados poderão permanecer nos estabelecimentos de trabalho, caso queiram, não podendo estes cobrarem o referido horário como serviço extra pelo fato de permanecerem no local de trabalho.

Parágrafo Segundo – O intervalo referido no *caput* desta cláusula poderá ser de até quatro horas, de acordo com a necessidade da empresa (Art. 71 e seu § 2º da CLT), podendo qualquer trabalho desenvolvido neste período ser compensado no final da jornada.

12. DO TRABALHO NOS DIAS FERIADOS

A empresa que necessitar do trabalho dos empregados nas indústrias de panificação e confeitaria, ou qualquer outra atividade em conjunto com a Panificação ou Confeitaria, nos dias de feriados, poderá utilizá-lo, mediante pagamento de um dia extra de salário.

13. DO TRABALHO NOS DOMINGOS

No caso do trabalho nos domingos, fica conservado outro dia da semana imediatamente posterior, para o repouso semanal do empregado, não podendo a concessão do repouso recair em dia feriado.

Parágrafo Único – O empregado não poderá trabalhar por mais de 03 (três) domingos consecutivos.

14. DA JORNADA DE TRABALHO

Fica permitida a jornada de trabalho de 48 (quarenta e oito) horas semanais, distribuídas durante a semana, sem ultrapassar o limite legal de oito horas diárias.

Parágrafo Único - A remuneração das horas extraordinárias de que trata a presente cláusula, será efetuada de acordo com a legislação em vigor.

15. DO DIA DO PADEIRO

As empresas abrangidas neste instrumento reconhecem o dia 29 (vinte e nove) de Outubro, como sendo o “O DIA DO TRABALHADOR NA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA”, devendo estas remunerarem seus empregados nesta data, com um dia de salário adicional, desde que o empregado, em tal dia, não tenha faltado injustificadamente ao serviço.

16. DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A fim de fazer face às despesas com a presente convenção, respeitado o direito de oposição do empregado, até 10 dias após o desconto, e o Precedente Normativo 119 do TST, as empresas descontarão dos empregados e recolherão ao sindicato da categoria profissional até o décimo dia após o desconto, o valor de R\$ 10,00 (dez reais), no mês de Junho do corrente ano, a título de contribuição assistencial. O recolhimento dos valores ao sindicato da categoria profissional deverá acontecer através de guia de pagamento a ser remetida a cada empresa pelo Sindicato Profissional. Caso o Sindicato Profissional não remeta em tempo hábil a guia de pagamento, o valor descontado ficará na empresa aguardando a iniciativa do sindicato profissional, que deverá receber o valor devido, mediante recibo.

17. DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

Em cumprimento ao Art. 8º, da Constituição Federal Brasileira, nas conformidades do Edital de Convocação publicado em 14 de dezembro de 1990, e de acordo com o instituído em assembléia geral extraordinária, datado de 19 de dezembro de 1990, ficam as empresas integrantes da categoria econômica, representadas pelo sistema patronal, obrigadas a recolher até o dia 31 de Julho de 2004, a contribuição para o custeio do SISTEMA CONFEDERATIVO DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL PATRONAL, cujos valores foram fixados em assembléia geral realizada em 29 de abril de 1999.

18. DOS DESCONTOS PARA O SINDICATO

As empresas se comprometem a descontar em folha de pagamento de seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, a contribuição mensal de R\$ 8,40 (oito reais e quarenta centavos) correspondente a 3% (três por cento) do Piso salarial da Categoria no valor de R\$ 282,00 (duzentos e oitenta e dois reais), de todos os seus empregados, recolhendo-a aos cofres da tesouraria do sindicato da categoria profissional respectiva, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, tudo de conformidade com o que dispõe o art. 545 da CLT.

19. DO ATESTADO MÉDICO

As empresas reconhecerão, nos termos das leis da Previdência Social, os atestados médicos fornecidos aos empregados pelo setor médico ou odontológico do sindicato da categoria profissional, bem como daquelas instituições conveniadas com o Sistema Único de Saúde - SUS, devendo o documento constar identificação da instituição conveniada (timbre, carimbo, etc.), o Código de Identificação da Doença - CID, bem como carimbo e o número de registro no CRM do profissional que expedir o documento.

20. DO AUXÍLIO FUNERAL

Falecendo o empregado, a empresa pagará ao dependente habilitado, a título de auxílio funeral, juntamente com o saldo de salário e outras verbas remanescentes, um salário do empregado em caso de morte natural, e dois salários em caso de morte por acidente de trabalho.

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



21. DO ABONO DE PONTO AO EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas, sem qualquer prejuízo de ordem econômica e/ou funcional, as faltas do empregado, no decorrer de sua vida estudantil, para prestar exames escolares ou vestibulares, desde que comunicado expressamente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, sendo exigido a devida comprovação.

22. DAS RESCISÕES DE CONTRATO

Todas as rescisões de contrato de trabalho dos empregados abrangidos por esta convenção, com mais de um ano de trabalho, serão obrigatoriamente homologadas no sindicato da categoria profissional, em sua sede ou delegacias sindicais, dentro do prazo estabelecido em lei.

Parágrafo Único – Após o decurso do prazo da lei, as empresas obrigam-se a pagar sobre o montante líquido do recibo de rescisão do empregado, o percentual de 10% (dez por cento) para cada cinco dias de atraso, a título de multa a favor do trabalhador, sem prejuízo das demais normas pertinentes.

23. DO EMPREGADO ACIDENTADO

Os empregados abrangidos pela presente convenção, acidentado no trabalho ou acometido de doença profissional, têm garantia de emprego, de conformidade com o que preceitua o art. 118 da Lei nº 8.213, de 24.07.91.

24. DO PERÍODO DE CARNAVAL

As empresas concederão uma folga obrigatória durante o período de carnaval, podendo optar em conceder a folga na Segunda ou na Terça-feira de carnaval.

25. DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL

A empresa que conte com até 50 (cinquenta) empregados, não pode ter mais de um candidato por chapa, a concorrer a cargo de direção ou representação na entidade sindical profissional, inclusive como suplente.

26. DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Fica instituída a Comissão Intersindical de Conciliação Prévia – CICP, contudo seu funcionamento, forma, composição, custeio e demais exigências da Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000 serão definidos em negociação entre os sindicatos convenentes.

27. DA SOLUÇÃO DE PENDÊNCIAS

As controvérsias resultantes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela justiça do Trabalho, se antes não forem resolvidas pelas partes convenentes, em comissão constituída pelos Presidentes das Entidades, ou representantes nomeados pelas entidades interessadas.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA,
MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISOCITOS DE CRATO, JUAZEIRO DO NORTE, BARBALHA,
CAMPOS SALES, MILAGRES, ICÓ, IGUATÚ E BREJO SANTO.**

Rua: Bárbara de Alencar, 996, Sala 203 – Centro – Fone: (88) 523.4190
CEP. 63.100-000 CRATO-CEARÁ



28. DAS PENALIDADES

A empresa que descumprir o contido na presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, pagará ao sindicato da categoria profissional ou patronal, conforme o caso, o correspondente a 05 (cinco) Pisos Salariais da categoria, vigentes à época do pagamento.

29. DO FORO COMPETENTE

É competente para resolver qualquer dúvida decorrente da aplicação dos dispositivos deste instrumento, o juízo trabalhista da comarca de Crato.

E, por estarem acordados, assinam as partes a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, fazendo o competente registro na Delegacia Regional do Trabalho no Ceará.

Crato(CE), 01 de Maio de 2.004



RICARDO PEREIRA SALES

(Presidente do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria no Estado do Ceará)


JOSE ABREU JUSTINO

(Pres. do Sind. Dos Trabs. Inds. de Panificação e Confeitaria, Massas Alimentícias e Biscoitos de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Campos Sales, Milagres, Iço, Iguatú e Brejo Santo)

TESTEMUNHAS:

01. 
Venício Guimarães Melo (OAB-CE 6.435)

02. 
Abdon Paula Neto (OAB-CE 6.722)

